

T4F Entretenimento S.A.

*Informações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 31 de Março de 2015 e
Relatório Sobre a Revisão de Informações
Contábeis Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14			31/03/15	31/12/14		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	38.015	41.739	60.377	73.305	Fornecedores	15	30.924	17.727	70.607	51.110
Caixa restrito	7	20.099	23.143	20.099	23.143	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	199	19.485	31.964	43.474
Contas a receber de clientes	8	45.363	31.152	62.867	54.650	Salários, provisões e encargos sociais		3.181	2.931	5.522	5.092
Estoques		100	79	2.094	683	Impostos e contribuições a recolher	17	5.913	3.033	11.361	8.641
Impostos a recuperar	9	5.307	6.308	34.064	33.458	Adiantamentos de clientes	18	22.560	51.900	29.388	63.088
Adiantamentos a fornecedores	10	2.325	1.753	10.033	7.567	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	19	17.525	19.349	17.525	19.349
Custos antecipados	11	18.630	9.881	30.546	13.811	Dividendos a pagar		-	-	234	58
Dividendos a receber de controladas		1.322	1.366	-	-	Partes relacionadas	12	26.951	16.889	-	-
Outras contas a receber		1.407	887	9.011	5.641	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	877	877	877	877
Total do ativo circulante		132.568	116.308	229.091	212.258	Outras obrigações		4	5	4.788	1.953
						Total do passivo circulante		108.134	132.196	172.266	193.642
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	50.222	243	50.222	243
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	80.127	77.344	93.099	86.726	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	18.383	17.596	24.120	22.384
Depósitos judiciais	20	20.520	6.801	23.111	9.215	Provisão para perdas em investimentos em controladas	13.a)	25.328	18.973	-	-
Custos antecipados	11	-	109	-	109	Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	899	1.003
Partes relacionadas	12	38.212	37.225	4.143	12.856	Impostos e contribuições a recolher	17	4.692	4.629	5.945	5.914
Total do realizável a longo prazo		138.859	121.479	120.353	108.906	Outras obrigações		796	796	796	796
						Total do passivo não circulante		99.421	42.237	81.982	30.340
Investimentos em controladas						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	110.487	110.487	-	-	Capital social	21	243.022	243.022	243.022	243.022
Imobilizado	14.a)	14.302	13.722	40.914	41.254	Gastos com emissão de ações	21	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Intangível:						Reservas de capital	21	1.191	1.246	1.191	1.246
Ágio na aquisição de investimentos	13.b)	-	-	115.999	115.294	Ações em tesouraria	21	(9.044)	(8.672)	(9.044)	(8.672)
Outros intangíveis	14.b)	1.562	1.721	2.671	2.670	Reserva de reavaliação	14.c)	1.135	1.164	1.135	1.164
Total do ativo não circulante		323.178	307.083	279.937	268.124	Reservas de lucros	21	6.022	7.488	6.022	7.488
						Outros resultados abrangentes	21	15.530	14.375	15.530	14.375
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		248.191	248.958	248.191	248.958
						Participação dos acionistas não controladores					
						no patrimônio líquido das controladas		-	-	6.589	7.442
						Total do patrimônio líquido consolidado		248.191	248.958	254.780	256.400
TOTAL DO ATIVO		455.746	423.391	509.028	480.382	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		455.746	423.391	509.028	480.382

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro ou prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
RECEITA LÍQUIDA	22	98.418	68.328	131.882	108.041
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	23.b)	(82.627)	(84.994)	(114.679)	(116.879)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		15.791	(16.666)	17.203	(8.838)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Vendas	23.a)	(437)	(1.083)	(1.024)	(1.517)
Gerais e administrativas	23.a)	(10.130)	(11.239)	(15.795)	(18.256)
Remuneração dos administradores	12.2 e 23.a)	(1.243)	(997)	(1.395)	(1.249)
Equivalência patrimonial	13	(3.793)	(1.453)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(467)	605	674	735
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(279)	(30.833)	(337)	(29.125)
RESULTADO FINANCEIRO	25				
Despesas financeiras		(2.251)	(2.168)	(5.460)	(3.544)
Receitas financeiras		1.194	909	1.795	1.356
Variação cambial e monetária, líquida		(3.090)	(895)	(2.817)	(2.491)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(4.426)	(32.987)	(6.819)	(33.804)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	27	-	-	(541)	(1.131)
Diferidos	27	2.783	10.522	5.040	12.077
PREJUÍZO DO TRIMESTRE		<u>(1.643)</u>	<u>(22.465)</u>	<u>(2.320)</u>	<u>(22.858)</u>
PREJUÍZO DO TRIMESTRE ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(1.643)	(22.465)
Acionistas não controladores				(677)	(393)
				<u>(2.320)</u>	<u>(22.858)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	34	<u>(0,0243)</u>	<u>(0,1908)</u>	<u>(0,0243)</u>	<u>(0,1908)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	34	<u>(0,0243)</u>	<u>(0,1908)</u>	<u>(0,0243)</u>	<u>(0,1908)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
PREJUÍZO DO TRIMESTRE	(1.643)	(22.465)	(2.320)	(22.858)
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:				
Variação cambial na conversão de operações no exterior	1.155	(4.180)	1.155	(4.180)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO TRIMESTRE	<u>(488)</u>	<u>(26.645)</u>	<u>(1.165)</u>	<u>(27.038)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO TRIMESTRE ATRIBUÍVEL A				
Acionistas controladores			(488)	(26.645)
Acionistas não controladores			<u>(677)</u>	<u>(393)</u>
			<u>(1.165)</u>	<u>(27.038)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital		Reserva de reavaliação	Reservas de Lucros			Ações em Tesouraria	Resultados abrangentes	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado	
			Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) do exercício						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		243.022	(9.665)	5.289	(3.990)	1.347	10.296	66.359	-	(5.392)	17.845	325.111	7.655	332.766
Pagamentos baseado em ações	31	-	-	155	-	-	-	-	-	-	-	155	-	155
Ações em tesouraria	21	-	-	-	-	-	-	-	(1.606)	-	-	(1.606)	-	(1.606)
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	-	(22)	-	22	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do trimestre	21	-	-	-	-	-	-	-	(22.465)	-	-	(22.465)	(393)	(22.858)
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:														
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.180)	(4.180)	-	-	(4.180)
Resultado abrangente total do trimestre		-	-	-	-	-	-	-	(22.465)	-	(4.180)	(26.645)	(393)	(27.038)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014		243.022	(9.665)	5.444	(3.990)	1.325	10.296	66.381	(22.465)	(6.998)	13.665	297.015	7.262	304.277
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		243.022	(9.665)	5.035	(3.789)	1.164	10.296	(2.808)	-	(8.672)	14.375	248.958	7.442	256.400
Pagamentos baseado em ações	31	-	-	(55)	-	-	-	148	-	-	-	93	-	93
Ações em tesouraria	21	-	-	-	-	-	-	-	(372)	-	-	(372)	-	(372)
Realização da reserva de reavaliação	21	-	-	-	-	(29)	-	29	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos aos acionistas não controladores	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(176)	(176)
Prejuízo do trimestre	21	-	-	-	-	-	-	-	(1.643)	-	-	(1.643)	(677)	(2.320)
Outros resultados abrangentes -	21													
Variação cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	1.155	1.155	-	-	1.155
Resultado abrangente total do trimestre		-	-	-	-	-	-	-	(1.643)	-	1.155	(488)	(677)	(1.165)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015		243.022	(9.665)	4.980	(3.789)	1.135	10.296	(2.631)	(1.643)	(9.044)	15.530	248.191	6.589	254.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do trimestre		(1.643)	(22.465)	(2.320)	(22.858)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do trimestre com o caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	13	3.793	1.453	-	-
Depreciação e amortização	23.b)	1.015	1.944	2.729	3.730
Custo residual de ativo imobilizado baixado		49	-	(541)	11
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.783)	(10.522)	(5.040)	(12.081)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		(3.535)	(661)	4.709	(261)
Pagamentos baseados em ações		93	155	93	155
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.4	223	272	408	(405)
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.a)	(5)	196	(56)	407
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(14.206)	3.447	(6.217)	4.107
Estoques		(21)	(227)	(1.381)	(218)
Impostos a recuperar		1.001	(3.019)	2.186	(5.104)
Adiantamentos a fornecedores		(572)	13.033	(2.171)	5.934
Outras contas a receber		(520)	477	(2.704)	(131)
Depósitos judiciais		(13.719)	(2.278)	(13.828)	(3.080)
Custos antecipados		(8.640)	(18.468)	(16.072)	(40.210)
Fornecedores		13.116	10.595	16.163	12.917
Impostos e contribuições a recolher		2.858	(2.736)	2.217	(5.453)
Salários, provisões e encargos sociais		250	179	231	962
Adiantamentos de clientes		(29.340)	13.679	(35.039)	45.417
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		-	(62)	-	(51)
Outras obrigações		1.218	(2.356)	3.814	(1.164)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	-	(2.513)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(51.368)</u>	<u>(17.364)</u>	<u>(52.819)</u>	<u>(19.889)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos de controladas		4.140	10.718	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	14	(1.404)	(1.197)	(1.657)	(1.525)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades investimento		<u>2.736</u>	<u>9.521</u>	<u>(1.657)</u>	<u>(1.525)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aquisição de ações próprias		(372)	(1.606)	(372)	(1.606)
Partes relacionadas		14.566	4.508	9.118	(477)
Emissão de debentures		50.000	-	50.000	-
Pagamentos de dividendos		-	-	-	(95)
Contratação de empréstimos e financiamentos		-	-	5.469	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(3.797)	-
Pagamento de debêntures - principal		(18.750)	(18.750)	(18.750)	(18.750)
Pagamento de debêntures - juros		(536)	(3.243)	(536)	(1.108)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>44.908</u>	<u>(19.091)</u>	<u>41.132</u>	<u>(22.036)</u>
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		-	-	416	112
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(3.724)</u>	<u>(26.934)</u>	<u>(12.928)</u>	<u>(43.338)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial		41.739	95.273	73.305	148.309
Saldo final		38.015	68.339	60.377	104.971
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(3.724)</u>	<u>(26.934)</u>	<u>(12.928)</u>	<u>(43.338)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
RECEITAS				
De serviços e produtos	113.111	78.461	149.465	122.482
Outras despesas operacionais	(173)	(238)	(177)	(300)
Reversão (constituição) provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(196)	56	(254)
				-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(80.610)	(80.241)	(107.782)	(104.478)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.574)	(6.264)	(7.868)	(8.537)
Perda de valores ativos	(103)	-	(165)	(42)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	26.656	(8.478)	33.529	8.871
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(1.015)	(1.944)	(2.729)	(3.730)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	25.641	(10.422)	30.800	5.141
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(6.102)	(75)	611	1.707
Receitas financeiras e variação cambial	(2.277)	15	(1.022)	1.356
Resultado de equivalência patrimonial	(3.793)	(1.453)	-	-
Outras receitas (despesas)	(32)	1.363	1.633	351
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR	19.539	(10.497)	31.411	6.848
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO				
Pessoal	6.150	8.015	12.528	12.952
Remuneração direta	5.180	6.783	11.106	10.943
Benefícios	676	819	970	1.414
FGTS	294	413	452	595
Impostos, taxas e contribuições	13.130	1.430	15.145	4.843
Federais	8.895	(1.653)	9.432	(160)
Estaduais	6	139	1.342	1.891
Municipais	4.229	2.944	4.371	3.112
Remuneração de capitais de terceiros	1.902	2.523	6.058	11.911
Juros	1.787	2.134	4.556	4.537
Aluguéis	115	389	1.502	6.884
Outras	-	-	-	490
Prejuízo na remuneração de capital próprio	(1.643)	(22.465)	(2.320)	(22.858)
Dividendos	-	-	-	-
Prejuízo do trimestre	(1.643)	(22.465)	(1.643)	(22.465)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(677)	(393)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL DISTRIBUÍDO	19.539	(10.497)	31.411	6.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F Entretenimento S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contêm as informações relevantes da Companhia e utilizadas pela Administração como instrumento de gestão e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software, marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial sobre investimento líquido no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

aa) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 31 de março de 2015, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que forão ou serão reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2015. Entretanto, em decorrência da compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2015	2014		2015	2014
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	69,48			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	99,99	99,99			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2015 e de 2014 e a receita líquida dos trimestres findos em março 2015 e de 2014:

Controladas:	31/03/15			31/03/14		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Área Marketing Brasil Ltda.	1.136	951	-	2.663	2.540	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	15.518	1.555	565	19.312	3.318	1.102
Metropolitan Empreendimentos S.A.	10.440	5.854	2.803	12.141	6.235	1.515
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	12.614	4.484	6.767	9.928	3.526	5.801
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	97.871	90.489	18.525	144.212	120.666	26.411
T4F USA Inc.	7.616	5.336	-	5.683	4.170	-
Ticket Co. SpA	167.476	162.281	1.490	100.681	95.567	1.364
Vicar Promoções Desportivas S.A.	21.665	6.146	3.676	24.621	8.750	3.637
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	4.693	22.702	-	12.194	12.235	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (58,1%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets For Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (3,1%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.

• Ticketek SAC - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.

• Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Caixa e bancos	4.576	10.880	15.494	16.965
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a)	-	-	4.388	1.595
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	5.406	2.795	5.969	11.075
Operação compromissada - DI (b)	28.033	19.590	34.526	35.196
Time Deposit (c)	-	8.474	-	8.474
Total	38.015	41.739	60.377	73.305

a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básica do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 90% a 100% da variação do CDI em 31 de março de 2015 (88% a 100% em 31 de dezembro de 2014), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 0,15% a 0,45% ao ano sem prejuízo de resgate.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$20.099 (R\$23.143 em 31 de dezembro de 2014).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Clientes faturados (i)	14.875	9.557	22.705	28.093
Bilheteria (ii)	23.667	12.191	31.728	20.248
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	7.002	9.590	15.828	12.967
Total das contas a receber	45.544	31.338	70.261	61.308
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(181)	(186)	(7.394)	(6.658)
Total	45.363	31.152	62.867	54.650

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
A vencer:	44.847	29.899	55.923	38.926
Vencidas:				
Até 30 dias	391	477	5.749	7.688
De 31 a 60 dias	125	-	1.296	3.721
De 61 a 90 dias	-	776	254	4.724
De 91 a 180 dias	-	-	270	371
Há mais de 180 dias	181	186	6.769	5.878
Total das contas a receber	45.544	31.338	70.261	61.308

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	186	6.658
(+) Adições	84	1.361
(-) Reversões e baixas	(89)	(625)
Saldos em 31 de março de 2015	181	7.394

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	160	130
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.037	5.980	19.512	18.008
Programa de Integração Social - PIS	-	-	71	76
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	328	354
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	8.357	8.136
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	3.530	4.015
Outros	236	294	2.106	2.739
Total	5.307	6.308	34.064	33.458

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	2.164	1.513	7.007	4.872
Outros	161	240	3.026	2.695
Total	2.325	1.753	10.033	7.567

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Eventos, shows e espetáculos contratados	17.713	9.331	28.303	12.790
Outros	917	659	2.243	1.130
Total	18.630	9.990	30.546	13.920
Circulante	18.630	9.881	30.546	13.811
Não circulante	-	109	-	109

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas relacionadas em 31 de março de 2015 e em 31 dezembro de 2014:

Controladora:

	Categoria	31/03/15			31/12/14		
		Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Área Marketing Brasil Ltda.	Controlada	950	-	-	950	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	-	207	10	-	1.540	(4.087)
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	363	-	-	316	-	(63)
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	-	3.745	180	6.088	-	332
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	82	-	2	81	-	6
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	3.224	-	-	1.603	-	(659)
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	602	-	19	583	-	67
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	2.460	(49)	-	1.042	(122)
T4F Chile S.A. (iii)	Controlada indireta	-	17.421	(435)	-	14.307	(1.917)
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada indireta	1.277	-	120	1.084	-	(42)
T4F Inversiones S.A. (i)	Controlada	10.220	-	400	8.868	-	238
T4F USA Inc. (iv)	Controlada	4.394	-	767	3.627	-	(1.228)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	-	3.118	226	137	-	(626)
T4F Peru Entretenimientos S.A. (v)	Controlada	15.182	-	2.858	12.860	-	723
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	Outras partes relacionadas	1.918	-	65	1.028	-	-
Total		38.212	26.951	4.163	37.225	16.889	(7.378)

Consolidado:

	Categoria	31/03/15		31/12/14	
		Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	1.439	180	11.068	-
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	184	2	178	332
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	602	19	582	6
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	Outras partes relacionadas	1.918	65	1.028	-
Total		4.143	266	12.856	338

(i) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., no montante de AR\$25.654 mil. O montante é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e juros de 1%, o qual será pago à controladora em até cinco anos. No entanto, tendo em vista que atualmente a controlada possui algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas adotadas pelo governo Argentino, tal contrato está sendo tratado como parte do investimento líquido nessa controlada de modo que a respectiva variação cambial cujo saldo atual é de R\$1.327 e está contabilizada no Patrimônio Líquido na rubrica “Resultados abrangentes”. No passivo, é representado por valores a pagar referentes a serviços de produção.

(ii) A Companhia e suas controladas mantem, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, conforme período contratual. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos e esses são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros, equivalentes àquelas observadas nas debêntures. Em janeiro de 2015, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a CIE Internacional S.A. de C.V., cujo saldo atual é de R\$ 9.851 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela CDI + 2% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

(iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., cujo saldo atual é de US\$ 5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

(iv) Em 31 de dezembro de 2013, a controlada recebeu valores para pagamento de custos da operação no período.

(v) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$4.800 mil. O montante é atualizado anualmente pela taxa de juros de 7,6 %, o qual será pago à controladora em até cinco anos.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
<u>Remuneração Fixa</u>				
Conselho de Administração	93	68	93	69
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Diretores estatutários	1.150	929	1.302	1.180
Total	1.243	997	1.395	1.249

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015 foi fixado em R\$8.984.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de março de 2015

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Área Marketing Brasil Ltda.	185	11	99,99	11	-	185
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	13.963	(2.090)	69,48	(1.452)	-	9.700
Metropolitan Empreendimentos S.A.	4.586	(1.009)	99,99	(1.009)	-	4.586
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(18.829)	(3.059)	38,87	(1.189)	(7.319)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	8.130	3.666	99,99	3.667	-	8.129
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	14.701	(2.953)	100,00	(2.953)	-	14.701
T4F USA Inc.	2.280	108	100,00	108	-	2.281
Ticket Co. SpA.	5.195	376	100,00	376	-	5.196
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.519	(272)	85,00	(231)	-	13.191
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(18.009)	(1.120)	100,00	(1.120)	(18.009)	-
Total				(3.792)	(25.328)	57.969

a.2) 31 de dezembro de 2014

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Área Marketing Brasil Ltda.	173	72	99,99	-	173
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	16.053	(1.308)	69,48	-	11.154
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.595	(1.796)	99,99	-	5.594
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(13.267)	(6.177)	38,87	(5.159)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	7.570	4.141	99,99	-	7.569
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	14.929	(11.690)	100,00	-	14.929
T4F USA Inc.	1.787	(37)	100,00	-	1.787
Ticket Co. SpA.	4.054	(1.422)	100,00	-	4.054
Vicar Promoções Desportivas S.A.	16.957	1.637	85,00	-	14.414
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(13.814)	(13.622)	100,00	(13.814)	-
Total				(18.973)	59.674

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 31 de março de 2015 e de 2014.

	Controladora 31/03/15	Controladora 31/03/14
Saldo inicial, líquido	40.701	77.554
Equivalência patrimonial	(3.793)	(1.453)
Varição cambial na conversão de investimentos no exterior	(172)	(2.216)
Dividendos de controladas	(4.096)	(6.719)
Saldo final, líquido	32.640	67.166

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.205	83.205	83.204
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	5.512	4.808
Total	110.487	110.487	115.999	115.294

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

Em 1º de abril de 2013, a Companhia adquiriu de acionista minoritário uma participação adicional de 10% do capital social da controlada por R\$3.439, gerando um ágio total de R\$1.654.

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de negócios uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; A Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Na preparação do fluxo de caixa foi utilizada uma taxa de desconto de 13% e de crescimento de 5%. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de “Purchase Price Allocation (PPA)”. Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	388	338
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	75.251	75.106	100.485	98.942
Móveis e utensílios	4.566	4.603	9.805	9.473
Máquinas e equipamentos	13.641	13.539	34.249	34.018
Equipamentos de processamento de dados	7.439	7.591	12.686	12.250
Estruturas	7.789	6.703	19.200	18.032
Veículos	661	661	6.274	6.274
Imobilizado em andamento	141	112	141	112
Total	109.488	108.315	183.228	179.439

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(72.666)	(72.494)	(92.191)	(90.728)
Móveis e utensílios	6	(2.754)	(2.715)	(6.746)	(6.308)
Máquinas e equipamentos	7	(7.097)	(6.762)	(18.618)	(17.598)
Equipamentos de processamento de dados	17	(5.543)	(5.518)	(10.045)	(9.454)
Estruturas	10 e 50	(6.566)	(6.559)	(10.699)	(10.367)
Veículos	20	(560)	(545)	(4.015)	(3.730)
Total		(95.186)	(94.593)	(142.314)	(138.185)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	388	338
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.585	2.612	8.294	8.214
Móveis e utensílios	1.812	1.888	3.060	3.165
Máquinas e equipamentos	6.544	6.777	15.631	16.415
Equipamentos de processamento de dados	1.896	2.073	2.641	2.796
Estruturas	1.223	144	8.500	7.670
Veículos	101	116	2.259	2.544
Adiantamento de imobilizado	141	112	141	112
Total	14.302	13.722	40.914	41.254

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Custo	-	6.968	6.969	13.626	12.687
Amortização	20	(5.406)	(5.248)	(10.955)	(10.017)
Total		<u>1.562</u>	<u>1.721</u>	<u>2.671</u>	<u>2.670</u>

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:	31/03/15		31/12/14	
	Depreciação acumulada Reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	619	(338)	281	301
Máquinas e equipamentos	2.132	(768)	1.363	1.385
Equipamentos de processamento de dados	211	(135)	76	77
	<u>28.296</u>	<u>(26.575)</u>	<u>1.720</u>	<u>1.763</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(585)	(599)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.135</u>	<u>1.164</u>
Consolidado:	31/03/15		31/12/14	
	Depreciação acumulada Reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.196	(780)	416	444
Máquinas e equipamentos	3.922	(1.921)	2.001	2.034
Equipamentos de processamento de dados	296	(216)	80	82
	<u>30.748</u>	<u>(28.251)</u>	<u>2.497</u>	<u>2.560</u>
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(849)	(870)
Eliminações do consolidado (i)			(513)	(526)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.135</u>	<u>1.164</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Muta o do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Saldo inicial	13.722	18.622	41.254	50.593
Adi�es:				
Obras civis, instala�es e benfeitorias em propriedade de terceiros	145	926	195	940
M�veis e utens�lios	34	19	46	33
M�quinas e equipamentos	169	289	237	638
Equipamentos de processamento de dados	26	13	53	4
Estruturas	1.082	-	1.165	218
Ve�culos	-	-	-	172
Adiantamento de imobilizado	29	29	29	29
Total de adi�es	1.485	1.276	1.725	2.034
Baixas l�quidas	(49)	-	385	229
Deprecia�o	(856)	(1.666)	(2.492)	(3.425)
Efeitos de varia�o cambial	-	-	42	(618)
	(905)	(1.666)	(2.065)	(3.814)
Saldo final	14.302	18.232	40.914	48.813

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$606, em decorrência de execu es fiscais e reclama es trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em constru o/andamento que justifique a capitaliza o de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de março de 2015, há aproximadamente R\$5.885, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Muta o do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Saldo inicial	1.721	2.763	2.670	3.891
Adi�es:				
Software	-	54	82	130
Amortiza�o (*)	(159)	(278)	(237)	(340)
Baixas l�quidas	-	-	156	(240)
Saldo final	1.562	2.539	2.671	3.441

(*) A amortiza o   contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa n  23.b).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Fornecedores nacionais	30.568	17.540	62.822	50.664
Fornecedores estrangeiros	356	187	7.785	446
Total	30.924	17.727	70.607	51.110

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Debêntures (a)	CDI + 2,09%	50.113	19.399	50.113	19.399
Empréstimo (b.1)	Pesos argentinos + 27,00%	-	-	31.765	23.989
Empréstimo (b.2)	3,5%	308	329	308	329
Total		50.421	19.728	82.186	43.717
Parcela do passivo circulante		199	19.485	31.964	43.474
Parcela do passivo não circulante		50.222	243	50.222	243

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010. Essa operação foi liquidada no primeiro trimestre de 2015.

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015 o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de março de 2015, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

b.1) As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de março de 2015, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

b.2) A modalidade de crédito BNDES - Finame crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo Chevrolet Hall.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
COFINS a recolher	877	618	957	995
PIS a recolher	200	134	218	216
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.124	1.582	4.641	2.091
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	3.722	2.962
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	219	213	439	433
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	115	34
IVA - imposto de valor agregado	-	-	159	715
INSS de terceiros a recolher	244	199	297	291
IRRF de terceiros a recolher	(53)	38	(94)	2
Outros	302	249	528	509
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	379	393
Passivo circulante	<u>5.913</u>	<u>3.033</u>	<u>11.361</u>	<u>8.641</u>
Parcelamento de ISS (b)	-	-	11	57
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.692	4.629	4.759	4.751
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.175	1.106
Passivo não circulante	<u>4.692</u>	<u>4.629</u>	<u>5.945</u>	<u>5.914</u>

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de março de 2015, o saldo remanescente era de R\$3.507 (R\$3.423 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de março de 2015 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.403 (R\$1.419 em 31 de dezembro de 2014).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2014 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 2009 e 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 11 e 14 meses respectivamente) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 68 meses); (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e saldo remanescente a ser liquidado em 83 meses).

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Contratos de “naming rights” (a)	1.124	241	1.124	781
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	2.381	7.339	4.918	7.817
Eventos privados (b.2)	1.306	973	1.878	1.511
Vendas antecipadas de ingressos (c)	17.747	43.341	20.522	52.194
Intermediação de shows	2	6	946	785
Total	22.560	51.900	29.388	63.088

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (Lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor		
		aprovado	31/03/15	31/12/14
O Rei Leão - Temporada 2014	12 6769	13.761	35	425
Fuerza Bruta	13 8378	4.393	3.425	3.810
Mudança de Hábito	14 6004	14.323	8.594	10.626
Antes tarde do que Nunca	14 8197	5.930	4.450	4.452
Disney On Ice - Tesouros Disney	13 10163	6.465	1.021	36
Total		44.872	17.525	19.349

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	31/12/14	Adições	Baixas	31/03/15
O Rei Leão - Temporada 2014	425	12	(402)	35
Fuerza Bruta	3.810	-	(385)	3.425
Mudança de Hábito	10.626	900	(2.932)	8.594
Antes Tarde do que Nunca	4.452	-	(2)	4.450
Disney On Ice - Tesouros Disney	36	1.000	(15)	1.021
Total	19.349	1.912	(3.736)	17.525

Controladora e Consolidado	31/12/13	Adições	Baixas	31/03/14
O Rei Leão - Temporada 2013	1.278	343	(1.621)	-
Billy Elliot	56	-	(56)	-
O Rei Leão - Temporada 2014	10.506	-	(2.105)	8.401
Jesus Cristo Superstar	1.447	-	(1.420)	27
Total	13.287	343	(5.202)	8.428

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Trabalhistas	4.921	4.698	6.288	5.952
Cíveis	14.185	13.623	15.459	14.553
Tributários	154	152	3.250	2.756
Total	19.260	18.473	24.997	23.261
Circulante	877	877	877	877
Não circulante	18.383	17.596	24.120	22.384

20.1) Provisões tributárias

Em 31 de março de 2015, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$80.119 (R\$73.889 em 31 de dezembro de 2014).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de março de 2015, o montante global desses processos, excluído o item "b" abaixo classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$5.576.

b) Em abril de 2011 e em 2014 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de R\$7.588, para 31 de março de 2015. Foi determinada a extinção de parte dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento e de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2015, o valor atualizado do processo é R\$10.339 (R\$10.129 em 31 de dezembro de 2014).

d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2015, o valor envolvido é de R\$4.382.

e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2015, o valor atualizado dos dois processos é de R\$9.802.

f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$15.737, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$8.734, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$7.003, para a data base de 31 de março de 2015.

g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal (“SRF”), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração lavrado, que aguarda julgamento, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2015, o valor atualizado do débito lançado é de R\$16.011.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de março de 2015 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$26.137 (R\$21.107 em 31 de dezembro de 2014).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 31 de março de 2015 encontrava-se em fase de execução, sendo que os cálculos do perito da Companhia apuraram eventual crédito do reclamante em aproximadamente R\$100. Não obstante, o valor estimado é de R\$2.201, já com depósito em garantia em juízo.

b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução e julgamento. O valor estimado é de aproximadamente R\$9.283, cuja probabilidade de perda é possível.

c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de março de 2015 é de R\$3.690, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de março de 2015 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$72.331 (R\$69.406 em 31 de dezembro de 2014).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$35.461 em 31 de março de 2015 (correspondente a terça parte do total pleiteado), conforme descrito a seguir: se refere a ação de cobrança de multa, por alegado não cumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência. Em fevereiro de 2011 foi proferida sentença julgando a ação totalmente improcedente. Atualmente aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.

b) A Companhia é autora reconvinada em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de março de 2015 é de aproximadamente R\$1.593 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$745, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$768, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (iii) ACP proposta pela ADECON – Associação dos Consumidores do Rio Grande do Sul, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.268 em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada procedente e de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso da Companhia.

d) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$720, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$235, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

e) A Companhia é parte passiva, juntamente com “Os Independentes”, em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes, no evento denominado “53ª Festa do Peão de Barretos”, cujo valor da causa é de R\$500. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável, mas o valor de condenação deverá ser apurado em liquidação de sentença.

f) A Companhia é parte passiva em ação na qual se pleiteia indenização por danos materiais e lucros cessantes decorrentes de suposta prática de concorrência desleal. O valor atribuído à causa, atualizado, em 31 de março de 2015 é de R\$18.188. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

g) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de março de 2015 o valor em discussão é de R\$1.055. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

h) A Companhia figura como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do Citibank Hall – São Paulo, anteriormente denominado Credicard Hall. Em maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de janeiro de 2010 até junho de 2012, é estimada em R\$13.031, a qual foi depositada judicialmente em fase de execução provisória.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de março de 2015, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$23.111 (R\$9.215 em 31 de dezembro de 2014).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/14	Provisão	Atualização	
			monetária	31/03/15
Trabalhistas	4.698	223	-	4.921
Cíveis	13.623	-	562	14.185
Tributário	152	-	2	154
Total	18.473	223	564	19.260

Consolidado	31/12/2014	Provisão	Atualização monetária	Efeitos da variação cambial	
				31/03/15	
Trabalhistas	5.952	223	25	88	6.288
Cíveis	14.553	185	585	136	15.459
Tributário	2.756	-	144	350	3.250
Total	23.261	408	754	574	24.997

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de novembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de 4.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa"). Em 4 de novembro de 2014, o Conselho de Administração prorrogou por mais 365 dias o Programa, mantendo-se as demais condições inalteradas. A posição das ações em tesouraria adquiridas em função do Programa em 31 de março de 2015 encontra-se abaixo:

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
1.996.800	9.044	2,16	4,53	5,15	4.393

*De acordo com a cotação de fechamento em 31 de março de 2015 no valor de R\$2,20 por ação.

Enquanto mantidas em tesouraria, essas ações não têm direitos patrimoniais e/ou políticos. As ações permaneceram em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento conforme determinado no Programa.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Receita bruta:				
Serviços	112.673	78.340	140.251	115.260
Produtos	438	121	9.214	7.105
Impostos incidentes	(14.693)	(10.133)	(17.583)	(14.324)
Receita líquida	98.418	68.328	131.882	108.041

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(6.208)	(6.809)	(9.679)	(10.958)
Serviços de terceiros	(4.701)	(4.347)	(6.229)	(5.449)
Utilidades e facilidades	(297)	(648)	(996)	(1.307)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(196)	56	(407)
Outras despesas operacionais	(609)	(1.319)	(1.366)	(2.901)
Despesas operacionais	(11.810)	(13.319)	(18.214)	(21.022)
Vendas	(437)	(1.083)	(1.024)	(1.517)
Gerais e administrativas	(10.130)	(11.239)	(15.795)	(18.256)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(1.243)	(997)	(1.395)	(1.249)
Total das despesas por natureza	(11.810)	(13.319)	(18.214)	(21.022)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(38.629)	(45.324)	(48.002)	(63.265)
Transportes e locações	(14.226)	(10.165)	(17.360)	(11.667)
Serviços de terceiros	(9.448)	(6.756)	(12.694)	(8.060)
Viagens e locomoção	(1.808)	(6.289)	(2.444)	(6.329)
Utilidades e facilidades	(4.637)	(4.984)	(6.689)	(6.974)
Mídia e publicidade	(4.116)	(3.683)	(5.576)	(3.782)
Depreciação e amortização	(1.015)	(1.944)	(2.729)	(4.345)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(749)	(2.277)	(2.377)	(4.280)
Custos de produção	(7.999)	(3.572)	(16.808)	(8.177)
Total	(82.627)	(84.994)	(114.679)	(116.879)

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Salários e bonificações	(3.668)	(4.765)	(6.960)	(8.381)
Despesa de férias	(534)	(477)	(782)	(642)
Despesa de 13º salário	(266)	(353)	(476)	(589)
Encargos sociais	(1.324)	(1.927)	(2.313)	(3.215)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(463)	(682)	(472)	(689)
Pagamentos baseados em ações	(93)	(155)	(93)	(155)
Outros benefícios a empregados (i)	(610)	(727)	(961)	(1.567)
Total de despesas com benefícios a empregados	(6.958)	(9.086)	(12.057)	(15.238)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(749)	(2.277)	(2.377)	(4.280)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(6.208)	(6.809)	(9.679)	(10.958)
Total	(6.957)	(9.086)	(12.056)	(15.238)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(139)	(72)	(2.437)	(732)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(84)	(34)	(477)	(669)
Juros sobre debêntures	(713)	(1.644)	(713)	(1.643)
Outras	(1.315)	(418)	(1.833)	(501)
Total	(2.251)	(2.168)	(5.460)	(3.544)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Receitas financeiras:				
Juros ativos	766	21	949	91
Rendimentos de aplicações financeiras	369	677	597	1.131
Outras	59	211	249	135
Total	1.194	909	1.795	1.356

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(6.150)	(2.331)	(7.088)	(4.038)
Ativas	3.379	1.406	4.445	1.407
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(565)	(162)	(573)	(168)
Ativas	246	192	399	308
Total	(3.090)	(895)	(2.817)	(2.491)

26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(359)	(734)	(828)	(842)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(49)	-	(63)	-
Outras	(59)	1.339	1.565	1.577
Total	(467)	605	674	735

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(429)	(980)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(112)	(151)
IRPJ e CSLL diferidos	2.783	10.522	5.040	12.077
Total	2.783	10.522	4.499	10.946

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/15	31/03/14	31/03/15	31/03/14
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(4.426)	(32.987)	(6.819)	(33.804)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	1.505	11.216	2.318	12.222
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(26)	(147)	(29)	(177)
Efeitos da mudança de critério de regime da variação cambial	-	-	-	(895)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(1.069)	-
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	1.028	453
Controlada tributada no exterior	-	-	(342)	(604)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.290)	(494)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(32)	(53)	(32)	(53)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	2.625	-	2.625	-
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	2.783	10.522	4.499	10.946

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/14	Variação	31/03/15
<u>Controladora</u>			
Impostos diferidos ativos sobre:			
Não circulante:			
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	(4.035)	22.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	63	(2)	61
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.281	267	6.548
Prejuízos fiscais	32.063	4.581	36.644
Base negativa de CSLL	12.421	1.789	14.210
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	13	(586)
Outras provisões	472	169	641
Total do ativo líquido	77.344	2.783	80.127

	31/12/14	Variação	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/03/15
<u>Consolidado</u>				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	26.643	(4.035)	-	22.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.257	(1.102)	331	1.486
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.281	267	-	6.548
Prejuízos fiscais	37.715	7.644	852	46.211
Base negativa de CSLL	12.421	1.789	-	14.210
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	13	-	(586)
Outras provisões	2.008	359	255	2.622
Total do ativo	86.726	4.935	1.438	93.099
Impostos diferidos passivos sobre:				
Não circulante:				
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(1.003)	104	-	(899)
Total do passivo	(1.003)	104	-	(899)
Total líquido	85.723	5.039	1.438	92.200

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/15	31/12/14
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	19.143	15.877
Diferenças temporárias dedutíveis	(131)	33
	19.012	15.910
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	6.464	5.409

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	17.302	18.293
2016	14.516	26.497
2017	7.718	7.718
2018	8.176	8.176
2019	9.545	9.545
2020	<u>22.870</u>	<u>22.870</u>
Total	<u>80.127</u>	<u>93.099</u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

<u>Rubrica</u>	<u>Classificação (iii)</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Controladora</u>	
			<u>31/03/15</u>	<u>31/12/14</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(50.421)	(19.728)
Bancos	Outros ativos financeiros	6	1.856	10.823
Aplicações financeiras (ii)	Outros ativos financeiros	6	33.439	30.859
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	38.212	37.225
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	(26.951)	(16.889)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	45.363	31.152
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	<u>(30.924)</u>	<u>(17.727)</u>
Total de exposição			<u>10.574</u>	<u>55.715</u>
Efeito no resultado			<u>256</u>	<u>(3.996)</u>

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			31/03/15	31/12/14
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(82.186)	(43.717)
Bancos	Outros ativos financeiros	6	1.856	10.823
Aplicações financeiras (ii)	Outros ativos financeiros	6	44.883	56.340
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	4.143	12.856
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	62.867	54.650
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(70.607)	(51.110)
Total de exposição			(39.044)	39.842
Efeito no resultado			(1.910)	(5.434)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de março de 2015, a Companhia não possui instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/03/15	31/12/14	31/03/15	31/12/14
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	1.856	10.823	1.856	10.823
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	-	8.474	-	8.474
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Pesos argentinos	11.860	10.268	-	-
Mútuo com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	4.394	3.627	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(17.421)	(14.307)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólares norte-americanos	(356)	(187)	(7.786)	(446)
Total de exposição			<u>333</u>	<u>18.698</u>	<u>(5.930)</u>	<u>18.851</u>
Efeitos no resultado			<u>1.300</u>	<u>2.422</u>	<u>1.342</u>	<u>3.634</u>

• Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

• Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, conseqüentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de março de 2015 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
Risco		31/03/15	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(50.113)	(58.372)	(60.137)	(61.902)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(308)	(318)	(321)	(324)
Aplicações financeiras	Redução	33.439	38.008	39.151	40.295
Exposição líquida		<u>(16.982)</u>	<u>(20.682)</u>	<u>(21.307)</u>	<u>(21.931)</u>

		Consolidada			
		Cenário			
Risco		31/03/15	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(50.113)	(58.372)	(60.137)	(61.902)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(32.073)	(41.216)	(43.501)	(45.787)
Aplicações financeiras	Redução	44.883	50.460	51.855	53.250
Exposição líquida		<u>(37.303)</u>	<u>(49.128)</u>	<u>(51.783)</u>	<u>(54.439)</u>

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$3.700 e R\$11.826 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,40% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2015.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$4.325 e R\$14.482 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$4.949 e R\$17.139 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada Ticketek Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de março de 2015 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
Risco		31/03/15	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	1.856	1.851	2.314	2.777
Fornecedores	Aumento	(356)	(355)	(444)	(533)
Exposição líquida		<u>1.500</u>	<u>1.496</u>	<u>1.870</u>	<u>2.244</u>

	Risco	31/03/15	Consolidado		
			Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	1.856	1.851	2.314	2.777
Aplicações financeiras	Redução	-	-	-	-
Fornecedores	Aumento	(7.786)	(7.767)	(9.708)	(11.650)
Exposição líquida		<u>(5.930)</u>	<u>(5.916)</u>	<u>(7.394)</u>	<u>(8.873)</u>

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$5 na controladora e um resultado positivo de R\$15 no consolidado, nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$75 na controladora e um resultado negativo de R\$1.464 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$158 na controladora e um resultado negativo de R\$2.942 no consolidado.

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de março de 2015, a Companhia celebrou com o banco BTG Pactual um novo contrato de “swap” com vencimento em março de 2016, a operação consiste em troca de taxa de juros pré fixada pelo valor da ação da Companhia. Foram negociadas 294 mil ações ao valor de R\$2,63 e esse swap não gerou ganhos ou perdas em 31 de março de 2015.

Descrição	Valor do principal		Valor justo		Ganho e perda	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contrato de swap						
Ponta ativa:						
Valor da ação	773.220	-	773.220	-	-	-
Ponta passiva:						
Taxa pré-fixada	773.220	-	773.220	-	-	-

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de março de 2015 e de 2014, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		31/03/15	31/03/14
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	43.475	13.681
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	108.678	68.741
		<u>152.153</u>	<u>82.422</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de março de 2015 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	16.646	19.911
Do 2º ao 5º ano	46.211	57.309
Após o 5º ano	31.030	31.030
Total	<u>93.887</u>	<u>108.250</u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 31 de março de 2015 a Companhia apresentava contratos vigentes de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento referente ao limite de crédito concedido pelo HSBC Argentina a controlada Ticketek Argentina S.A. que totalizam US\$11.000 mil e R\$35.288 mil.

A Companhia apresentava vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$11.432.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	Quantidade de opções outorgadas	Valores	Valores	Valores a registrar em períodos futuros
		registrados até 2013	registrados em 2014	
2007	1.256.667	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	195	-	-
2012	438.300	415	50	102
2013	406.000	311	28	108
2014	622.000	148	-	-
2015	700.000	-	15	88
Total	4.047.916	5.352	93	298

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado

Datas de outorga	28/09/07	01/10/07	23/02/10	04/07/12	24/10/12	01/07/13	01/07/14	10/11/14
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13	1
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/02/17	01/10/14	23/02/17	15/04/17	15/04/17	01/07/17	01/07/18	30/12/18
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%	37,39%	36,85%	38,80%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção R\$	10,98	10,98	10,98	11,93	11,93	6,02	5,03	4,77

Indexador	Não indexado	Não indexado	Não indexado	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	16,93	16,41	16,41	8,23	6,11	6,12
Valor justo por opção – R\$:								
Série 1	5,02	5,02	0,00	5,04	1,54	1,51	0,79	0,12
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68	0,97	0,18
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07	-
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12	-

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de março de 2015, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2015 e de 2014.

	Consolidado			Total
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	
Receita líquida	78.142	27.032	26.708	131.882
Custos	(100.219)	(14.460)	-	(114.679)
(Prejuízo) lucro bruto	(22.077)	12.572	26.708	17.203
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(2.774)	(4.182)	-	(6.956)
	(24.851)	8.390	26.708	10.247
Despesas administrativas				(10.584)
Resultado financeiro				(6.482)
Prejuízo operacional antes dos impostos				(6.819)

	Consolidado			Total
	31/03/14			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	
Receita líquida	67.223	24.633	16.185	108.041
Custos	(97.799)	(17.986)	(1.094)	(116.879)
(Prejuízo) lucro bruto	(30.576)	6.647	15.091	(8.838)
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(4.284)	(7.159)	-	(11.443)
	(34.860)	(512)	15.091	(20.281)
Despesas administrativas				(8.844)
Resultado financeiro				(4.679)
Prejuízo operacional antes dos impostos				(33.804)

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/15	31/03/14
<u>Receita líquida</u>		
Brasil	111.867	17.710
Argentina	14.042	80.266
Chile	5.973	10.065
	131.882	108.041

	Consolidado	
	31/03/15	31/03/14
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Brasil	17.366	(14.158)
Argentina	793	3.825
Chile	(931)	1.495
Peru	(25)	-
	17.203	(8.838)

	Consolidado	
	31/03/15	31/03/14
<u>(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos</u>		
Brasil	(99)	(31.921)
Argentina	(4.090)	(2.508)
Chile	(1.618)	724
Peru	(1.120)	(41)
USA	108	(58)
	(6.819)	(33.804)

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de março de 2015 no montante de R\$81 na controladora e R\$150 no consolidado (R\$1.882 na controladora e R\$2.431 no consolidado em 31 de março de 2014).

• Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$3.044 (R\$7.515 em 31 de dezembro de 2014).

34. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/15	31/03/14
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(1.643)</u>	<u>(22.465)</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>67.500.665</u>	<u>68.319.165</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>69.576.586</u>	<u>70.156.550</u>
Prejuízo básico por ação - em reais	<u>(0,0243)</u>	<u>(0,3288)</u>
Prejuízo diluído por ação - em reais	<u>(0,0243)</u>	<u>(0,3288)</u>

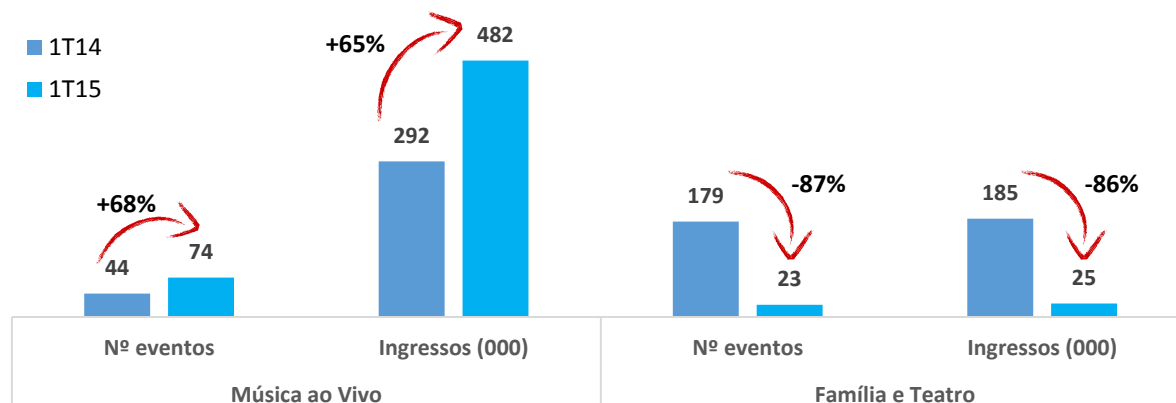
Em 31 de março de 2015, o prejuízo básico e diluído eram iguais, tendo em vista que o total das ações ordinárias potenciais, mesmo que consideradas separadamente, apresentou efeito de antidiluição.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 07 de maio de 2015.

Apresentamos a seguir os comentários sobre as demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015 (1T15). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado



Indicadores Operacionais

No 1T15 promovemos 97 eventos de música ao vivo, teatro e família e comercializamos 507 mil ingressos. Comparados ao 1T14, o número de eventos promovidos reduziu 57%, porém, devido a um melhor mix de conteúdos, o número de ingressos vendidos aumentou 6%.

Em música ao vivo, o número de eventos e ingressos vendidos aumentou, respectivamente, 68% e 65% no 1T15, versus o 1T14. Esse melhor desempenho é decorrente da maior atividade tanto em shows *outdoor* como *indoor*. No 1T15 promovemos 8 eventos *outdoor*, sendo 6 shows da turnê de Foo Fighters e 2 dias da 4ª Edição do Festival Lollapalooza Brasil, além de 66 shows *indoor* de diversos artistas nacionais e internacionais, que incluíram os *sideshows* do Lollapalooza na turnê *Onix on the Road by Lolla*, e no 1T14, promovemos 4 shows da turnê do Metallica e 40 shows *indoor*.

Em eventos de família e teatro, o número de eventos diminuiu 87% e o público pagante 86% no 1T15, versus o 1T14. O menor desempenho, comparativamente entre os trimestres, é reflexo do encerramento das apresentações do Cirque du Soleil. Enquanto no 1T14 realizamos 92 apresentações do espetáculo Corteo nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre e 87 apresentações dos musicais O Rei Leão no Teatro Renault e Jesus Cristo SuperStar no Teatro Cetip, no 1T15 realizamos apenas 23 apresentações no Teatro Renault, pois o teatro ficou sem operações, em janeiro e fevereiro, devido aos preparativos e montagens para a estreia, do novo musical original da Broadway Mudança de Hábito, em 8 de março.

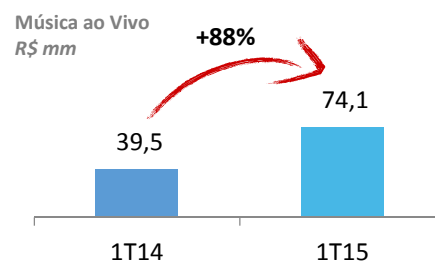
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	1T14	1T15	Var. %
Promoção de Eventos	67,2	78,1	16%
Música ao Vivo	39,5	74,1	88%
Eventos Família e Teatro	26,8	2,9	-89%
Eventos Esportivos	1,0	1,1	12%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	24,6	27,0	10%
Patrocínio	16,2	26,7	65%
Promoção de Eventos	11,4	22,1	94%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	4,8	4,6	-4%
TOTAL	108,0	131,9	22%

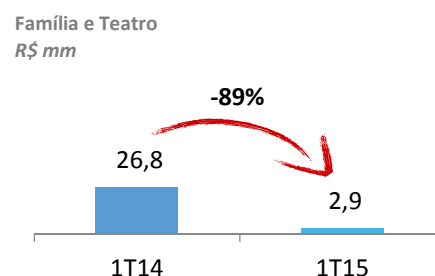
A receita líquida no 1T15 totalizou R\$131,9 milhões, apresentando aumento de 22% quando comparada ao 1T14.

A receita líquida na promoção de eventos aumentou 16% no período, atingindo R\$78,1 milhões, versus R\$67,2 milhões no 1T14.

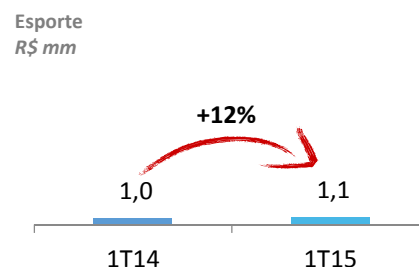
Em música ao vivo, a receita líquida aumentou 88%, passando de R\$39,5 milhões no 1T14 para R\$74,1 milhões no 1T15. Esse incremento reflete a maior atividade neste segmento, que resultou não somente em um aumento de 190 mil pessoas, trimestre contra trimestre, como também em aumento de 19% no preço médio dos ingressos, que passou de R\$152 no 1T14 para R\$180 no 1T15.



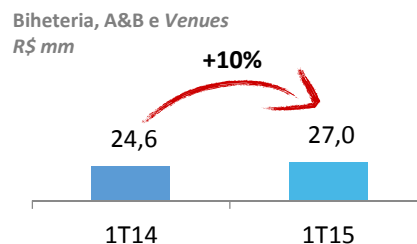
Em eventos de família e teatro a receita líquida diminuiu 89%, passando de R\$26,8 milhões no 1T14 para R\$2,9 milhões no 1T15. Comparativamente, esta redução é consequência direta do menor número de apresentações em teatro e pela não realização do Cirque du Soleil. É importante ressaltar que o Cirque du Soleil contribuiu para a receita líquida no 1T14, porém, como explicado em *releases* anteriores, com impacto bastante negativo nas margens da Companhia.



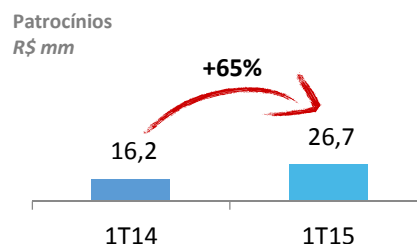
Em esportes, a receita líquida aumentou 12% em relação ao 1T14. Em 2015 iniciamos uma nova configuração nas apresentações de automobilismo, na qual, as cinco categorias que promovemos: Copa Schin Stock Car, Campeonato Brasileiro de Marcas, Mercedes-Benz Challenge, Campeonato Brasileiro de Turismo e a Fórmula 3 Brasil, correm juntas em um único dia.



A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e *venues* aumentou 10% no 1T15 em relação ao 1T14, reflexo de um maior público pagante em nossos espetáculos, aumentando o consumo de alimentos, bebidas e merchandising, além de um aumento nas vendas de ingressos pelos canais que geram taxa de conveniência.



A receita líquida de patrocínios totalizou R\$26,7 milhões no 1T15, apresentando crescimento de 65% em relação ao 1T14. Este melhor desempenho é resultado da promoção de conteúdos em música ao vivo com grande aderência para o mercado anunciante, principalmente, o Lollapalooza.



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	1T14	1T15	Var. %
Promoção de Eventos	(30,6)	(22,1)	-28%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	6,6	12,6	89%
Patrocínio	15,1	26,7	77%
Lucro Bruto	(8,8)	17,2	n.a.
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>-8,2%</i>	<i>13,0%</i>	

O lucro bruto atingiu R\$17,2 milhões no 1T15, revertendo em R\$26,0 milhões o resultado negativo do 1T14.

A melhoria no lucro bruto do 1T15, em relação ao 1T14, é observada devido à realização de conteúdos com menor corrosão de resultados na promoção de eventos e com aumento do resultado em operação de bilheteria, A&B, *venues* (+89%) e patrocínios (+77%), áreas de negócios com as maiores margens de contribuição.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	1T14	1T15	Var. %
Vendas	(1,5)	(1,0)	-32%
Gerais e Administrativas	(18,3)	(15,8)	-13%
Remuneração dos Administradores	(1,2)	(1,4)	12%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,7	0,7	-8%
Total	(20,3)	(17,5)	-14%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>18,8%</i>	<i>13,3%</i>	

Apresentamos queda de 14% nas despesas operacionais no 1T15, versus 1T14, reflexo dos esforços contínuos na redução de despesas gerais, apesar de inflação e dissídio, na média, superior a 7% nos últimos 12 meses, nos países em que atuamos. A relação com receita líquida passou de 18,8% no 1T14 para 13,3% no 1T15.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1T14	1T15	Var. %
Resultado Líquido	(22,9)	(2,3)	-90%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(10,9)	(4,5)	-59%
(+) Resultado Financeiro Líquido	4,7	6,5	39%
(+) Depreciações e Amortizações	3,7	2,7	-27%
=EBITDA	(25,4)	2,4	n.a.
Margem EBITDA (%)	-23,5%	1,8%	

Em consequência aos fatores mencionados anteriormente, o EBITDA no 1T15 foi de R\$2,4 milhões, revertendo em R\$ 27,8 milhões o resultado negativo do 1T14.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1T14	1T15	Var. %
Receitas Financeiras	1,4	1,8	32%
Juros Ativos	0,1	0,9	943%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1,1	0,6	-47%
Outros	0,1	0,2	85%
Despesas Financeiras	(3,5)	(5,5)	54%
Juros Passivos	(0,7)	(2,4)	233%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(1,6)	(0,7)	-57%
IOF	(0,7)	(0,5)	-29%
Outros	(0,5)	(1,8)	266%
Variação Cambial	(2,5)	(2,8)	13%
Resultado Financeiro Líquido	(4,7)	(6,5)	39%

No 1T15, o resultado financeiro líquido representou dispêndio de R\$6,5 milhões, versus R\$4,7 milhões no 1T14.

A receita financeira líquida aumentou 32%, principalmente em juros ativos, devido à correção pela Selic dos impostos a recuperar. A queda no rendimento das aplicações financeiras ocorreu devido ao menor caixa médio no 1T15.

A despesa financeira aumentou 54% no 1T15, versus 1T14, devido a (i) encargo com juros de 27% ao ano sobre o empréstimo de R\$32,0 milhões na Argentina, contabilizado em juros passivos, além de (ii) dispêndio em comissão de estruturação e distribuição com a 2ª emissão de debêntures de R\$50 milhões, contabilizada em Outros.

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ mm)	1T14	1T15	Var. %
Resultado Antes de Impostos	(33,8)	(6,8)	-80%
(-) IRRF e CSSL (Corrente e Diferido)	10,9	4,5	-59%
Resultado Líquido do Exercício	(22,9)	(2,3)	-90%

Em decorrência aos fatores mencionados, o resultado líquido do 1T15 foi negativo em R\$2,3 milhões, versus prejuízo de R\$22,9 milhões no 1T14.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	1T14	4T14	1T15	Var. % 1T15/4T14
Ativo	203,2	76,7	105,5	38%
Contas a Receber	84,7	54,7	62,9	15%
Estoques	2,4	0,7	2,1	207%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	116,1	21,4	40,6	90%
Passivo	241,8	114,2	100,0	-12%
Fornecedores	91,0	51,1	70,6	38%
Adiantamento de Clientes	150,8	63,1	29,4	-53%
Capital de Giro	(38,6)	(37,5)	5,5	-115%

No 1T15 o capital de giro foi de R\$5,5 milhões, versus capital de giro negativo de R\$37,5 milhões no 4T14. Geramos caixa com a venda antecipada de ingressos e patrocínios dos conteúdos de música ao vivo e consumimos quando da realização desses shows. A necessidade de capital de giro no 1T15 reflete esta dinâmica do nosso modelo de negócios, devido à realização dos shows da turnê de Foo Fighters e do Festival Lollapalooza Brasil.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1T14	4T14	1T15	Var. % 1T15/4T14
Fluxo de Caixa Operacional	(17,8)	11,4	(52,8)	n.a.
Fluxo de Caixa de Investimento	(1,5)	(0,9)	(1,7)	75%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(23,1)	0,6	41,1	n.a.
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	(0,9)	0,5	0,4	-12%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes de Caixa	(43,3)	11,5	(12,9)	n.a.
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	105,0	73,3	60,4	-18%
Empréstimos e Financiamentos - CP	46,9	43,5	32,0	-26%
Empréstimos e Financiamentos - LP	-	0,2	50,2	n.a.
Endividamento total	46,9	43,7	82,2	88%
Caixa (Dívida) Líquido	58,1	29,6	(21,8)	n.a.

Ao final do 1T15, o caixa totalizou R\$60,4 milhões (R\$80,5 milhões considerando-se o caixa restrito), apresentando queda de 18% em relação ao 4T14, conforme abaixo:

- Caixa operacional: houve consumo de R\$52,8 milhões no 1T15, resultado da realização de 8 shows *outdoor* no 1T15, além do dispêndio com o pré-operativo de Mudança de Hábito, Fuerza Bruta e Disney on Ice, sem que iniciássemos venda de ingressos para shows *outdoor* futuros.
- Investimentos: foram gastos R\$1,7 milhão (i) na adequação e manutenção de nossas casas de espetáculos, e (ii) em estruturas para o Festival Lollapalooza.
- Financiamento: geramos R\$41,1 milhões com nossas atividades de financiamento. Em 25 de março de 2015, amortizamos a última parcela, de R\$18,8 milhões, da 1ª emissão de debêntures de R\$150,0 milhões e, concluímos a 2ª emissão de debêntures no valor de R\$50,0 milhões. Esta nova emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, foi colocada sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A., com: (i) prazo de vigência de 4 anos e 18 meses de carência, (ii) remuneração de CDI + 2,40% ao ano.

Encerramos o 1T15 com: (i) endividamento total de R\$82,2 milhões e (ii) dívida líquida de R\$21,8 milhões.

Pipeline de Eventos

- **Música ao Vivo**

Outdoor

Em abril, apresentamos a turnê de Imagine Dragons nas cidades de São Paulo e Buenos Aires em arenas, além de um show *indoor* no Citibank Hall - Rio de Janeiro.

Para o 4T15, já temos contratados 11 shows *outdoor* (estádios e arenas), sendo:

- 5 shows da turnê de Muse, que divulgará em outubro de 2015 o novo álbum *Drones* nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Buenos Aires e Santiago; e
- 6 shows da turnê de Pearl Jam, que divulgará o álbum *Lightning Bolt*, em novembro de 2015, sendo 5 shows no Brasil e 1 na Argentina.

A venda de ingressos para Pearl Jam terá início neste mês maio, e em breve serão divulgadas informações sobre venda de ingressos para Muse.

Indoor

Para o 2T15 já temos contratados 80 shows *indoor*: (i) em música nacional citamos: Maria Rita, Roberto Carlos, Nando Reis, Zeca Pagodinho e Ana Carolina, e (ii) em música internacional destacamos as turnês de Violetta, Jason Mraz, America e Backstreet Boys. Esta última, acontecerá em 7 cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Buenos Aires e Santiago e já soma mais de 60 mil ingressos vendidos.

- **Eventos Família e Teatro**

No Teatro Renault, seguiremos promovendo o musical original da Broadway *Mudança de Hábito* (Sister Act). Produzida por Whoopi Goldberg, Stage Entertainment, e agora T4F, esta comédia musical já foi apresentada em 11 países e vista por mais de cinco milhões de pessoas.

Em abril, iniciamos o espetáculo *Wayra do Fuerza Bruta*, que traz experiência 360° única, utilizando música, dança, acrobacias e interatividade com o público, que ficará em cartaz, no Ginásio do Ibirapuera, até o final de junho de 2015.

Promoveremos a 8ª temporada de Disney on Ice, com o espetáculo *Tesouros Disney*, no final de maio e início de junho, sendo 1 semana no Rio de Janeiro e 2 semanas em São Paulo.

Estrearemos em agosto o musical adaptado *Antes Tarde do que Nunca* (Nice Work if You Can Get it). Traduzida e estrelada por Miguel Falabella, ficará em cartaz em curta temporada no Teatro Cetip.

- **Eventos Esportivos**

Realizamos em abril 2 etapas do campeonato de automobilismo nas cidades de Ribeirão Preto, em circuito de rua, e em Nova Santa Rita, no Autódromo de Velopark. Encerraremos o 2T15 com mais uma etapa na cidade de Pinhais, no Autódromo Internacional de Curitiba.

* * *